
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: ABORDAGENS PRELIMINARES

José Geraldo de SOUZA*

1 - INTRODUÇÃO

1.1 AS ORIGENS MEDIEVAIS DA UNIVERSIDADE

As Universidades são instituições medievais que surgiram nos séculos XI e XII. Nos primórdios da Idade Média havia escolas elementares e superiores, geralmente ligadas a uma instituição religiosa, dirigidas por um "Magister Scholarium" submetido à autoridade do bispo ou abade. Seu objetivo principal era a formação do clero para as tarefas litúrgicas. Apenas na Itália havia escolas leigas particulares de discutível qualidade e de baixa reputação.

As escolas superiores formavam-se em cidades importantes com Paris e Bolonha; ensinavam as sete Artes Liberais e Teologia, usando a metodologia da "lectio - sensus - sententia" ou leitura - comentários - interpretação.

No século XI reaparece a Dialética como instrumento de discussão das Escrituras e dos textos usados nas escolas. O ensino começou a ser impregnado por uma atitude racionalista e crítica resultante do uso da Dialética, o que provocou a condenação de muitos dos seus seguidores pela Igreja. Embora ainda de maneira insipiente, estavam já se formando as condições favoráveis ao nascimento das universidades.

Durante o século XII, para alargar os limites das escolas e provê-las de novos textos, desenvolveu-se um grande esforço para traduzir, em especial, a filosofia e a ciência dos gregos. Com isso, o final do século XII conheceu a maior parte da obra de Aristóteles (a Lógica, a Física e a Metafísica), descobriu Euclides, Arquimedes, Ptolemeu e as obras de Hipócrates e Galeno. O Ocidente conheceu comentários sobre as obras gregas por meio de traduções em latim de tratados árabes. Mas o século XII continuou a desconhecer a literatura grega.

No campo do Direito foram recuperados textos de Direito Humano e Direito Canônico até então esquecidos.

Os centros de tradução e de difusão dos textos gregos não originaram escolas importantes. Por outro lado, o desenvolvimento das cidades foi um passo importante para o surgimento das universidades medievais. Com o desenvolvimento das técnicas agrícolas e o relaxamento das obrigações senhoriais, os homens do campo estavam mais disponíveis e eram atraídos pelas cidades em desenvolvimento, as quais acenavam com novas perspectivas sociais, econômicas e políticas.

Apesar dos discursos dos conservadores, que apontavam os perigos da reunião de tantos homens de origens diferentes, em cidades com novas condições de vida, já no século XI surgiram as primeiras corporações de ofício, designadas de "universitas", nas quais já havia um modelo de ensino profissional.

*"A cidade era, em primeiro lugar, a divisão do trabalho, o surgimento dos ofícios comerciais ou artesanais; a vinculação profissional tornava-se um dos dados essenciais da consciência de si mesmo. A cidade, como consequência, era também a corporação, freqüentemente chamada de "universitas", os homens que exerciam o mesmo trabalho e viviam perto uns dos outros tendiam naturalmente a se associarem para se defenderem. Tais associações criavam não dependências verticais como aquelas que, na sociedade feudal, ligavam o homem ao seu senhor, mas comunidades de iguais; o juramento que os ligava era livremente consentido e as obrigações que lhes criava, previamente discutidas e publicadas em estatutos suscetíveis de serem reformados; no interior da corporação uma hierarquia de graus podia existir (aprendiz, "valet", mestre), mas não tinha nenhum caráter escravizante; de um grau a outro a promoção era considerada normal e fazia-se através de exames públicos"*¹.

Os habitantes das cidades criavam uma consciência coletiva de união e iam percebendo que podiam

(*) Professor do INATEL (Santa Rita do Sapucaí - MG) e Mestre em Educação pela Puccamp. Doutorando em Educação pela Unicamp.

(1) Jacques Verger. As Universidades na Idade Média, p. 27.

decidir sobre a sua vida, instalar formas de governo, organizar as corporações de ofício e regulamentar seu funcionamento. Nesse rastro de desenvolvimento, multiplicaram-se as escolas e melhorou a qualidade dos mestres escolásticos.

Assim as corporações de ofício foram os embriões das universidades na Idade Média. Nos séculos XII e XIII surgem as corporações de mestres e alunos "universitas magistrorum et scholarium", que se dedicavam ao estudo e pesquisa das Artes Liberais, Medicina, Direito e Teologia.

As primeiras universidades formaram-se espontaneamente e eram instituições especializadas em uma área do conhecimento. Havia também as universidades generalistas que ensinavam Artes, Direito, Medicina e Teologia. Não tinham um espaço físico próprio, eram móveis e pouco onerosas. Detinham muitos poderes e privilégios nas comunidades onde se formavam.

Dessa maneira nasceram as universidades medievais, dentre as quais as mais importantes foram a de Bolonha e a de Paris.

A universidade de Bolonha nasceu de uma corporação de estudantes e por eles foi organizada no seu início. Sua origem está ligada ao renascimento dos estudos jurídicos no Ocidente, em escolas particulares e através de professores leigos, práticos e especialistas em leis.

Já a universidade de Paris surgiu de uma corporação de mestres e estudantes e era organizada pelos mestres. Ela formou-se a partir de escolas de Teologia e de Dialética e tornou-se o maior centro de estudos da Idade Média. Essas duas universidades mais a universidade de Oxford (1206) formaram-se a partir do desenvolvimento espontâneo das escolas existentes nas comunas. Outras universidades surgiram das secessões dessas universidades (a secessão era uma arma usada pelos estudantes contra as autoridades das comunas). Assim se formaram as universidades de Cambridge (1318) da secessão da Universidade de Oxford; Pádua (1222) da secessão de doutores e estudantes de Bolonha; Angers (1337) e Orléans (1306) da secessão parisiense. Outras foram criadas por imperadores e reis e pelo Papa, que já viam nas universidades, além de outras qualidades, uma utilidade prática e um alcance político. Assim foram criadas as universidades de Nápoles (1224) por Frederico III, Toulouse (1229) pela Igreja, Valência (1212), Salamanca (1218) e Valladolid (1250) pelos reis de Castela e Leon.

(2) Jacques Verger, op. cit., p. 57.

1.2 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS UNIVERSIDADES MEDIEVAIS

O ensino nas universidades medievais era formal e baseado no conhecimento de textos e palavras e na lógica dedutiva. Outras características do ensino eram a falta de livros, a cultura geral no campo intelectual (enciclopedismo) e a sua intenção religiosa (tudo estava subordinado a Teologia).

Como **corporações** as universidades estavam subdivididas em Faculdades e Nações. As Faculdades eram divisões administrativas do "studium" referentes à organizações do ensino: Teologia, Direito, Medicina e Artes. As Nações eram organizadas corporativas dentro das Faculdades, resultantes da reunião de estudantes de mesma origem para a defesa e o auxílio mútuo de estudantes e mestres.

O governo das universidades apresentava características claramente democráticas e compreendia: a administração patrimonial e material de um acervo muito reduzido, a defesa dos privilégios universitários e a organização do ensino, a sua principal tarefa.

Os programas de ensino estavam centradas em textos básicos cujas leituras constituíam o núcleo do ensino e do saber. Os métodos de Ensino consistiam da aula (lectio) e do debate (disputatio). Com a aula o estudante dominava o que estudava; nos debates o mestre aprofundava as questões da aula e o estudante praticava a Dialética. Assim, "o debate era o exercício fundamental da pedagogia escolástica"² na Idade Média.

As **características sociais marcantes** das universidades medievais foram a diversidade, a unidade e as ambigüidades. A diversidade se manifestava em dois momentos: no **recrutamento geográfico**, ilustrado pelo caráter universal das universidades (que adotavam como língua comum o latim), com estudantes freqüentando várias universidades sucessivamente, e pelo sistema de nações na organização universitária; e no **recrutamento social** de estudantes ricos e pobres para estudos caros, com moradias difíceis e caras, livros raros e caros. Tal situação conduziu à criação dos vários "colégios" que se tornaram verdadeiros centros de ensino universitário.

Roger Gal descreve a situação na Universidade de Paris com as seguintes palavras:

"Cedo, mestres e alunos tinham-se organizado, segundo o uso da época, em corporações ou associações, semi-sociedades de socorros mútuos, semi-

confrarias religiosas, que serviram para defender vigorosamente os seus direitos e a sua independência mas que, dividindo-se muitas vezes em clãs ou partidos, desperdiçaram pouco a pouco as suas forças em querelas estranhas à sua intenção inicial. A universidade constituía rapidamente um pequeno Estado na cidade parisiense, com os seus tribunais, os seus usos e as suas questões com os poderes vizinhos. O afluxo de estudantes levou-os a agruparem-se em nações - picarda, normanda, inglesa e francesa - conforme a sua origem. Alguns eram ricos, entretanto os pobres tinham de ganhar a sua vida, às vezes por qualquer meio.

No fim do século XII, pra receber os estudantes pobres ou estrangeiros, foram organizadas casas especiais que os alojavam e alimentavam mais barato. Depois mestres e estudantes vieram instalar-se em comum numa espécie de hotéis onde viviam em conjunto sob a direção dum principal. Foi a origem dos célebres Colégios..."³.

O elemento de unidade e integração das universidades medievais era o seu próprio trabalho, pois as universidades eram, originariamente, "corporações de ofício". As suas atividades eram contínuas, envolviam ruas e bairros inteiros, as férias eram breves. Eram as universidades numa organização profissional e uma confraria religiosa.

As ambigüidades e contradições internas ficavam claras em várias situações: as universidades eram uma corporação urbana que detinha privilégios que o cidadão não universitário não possuía; eram uma associação de trabalhadores intelectuais sujeita ao poder da Igreja; o recrutamento social e geográfico sem unidade e sem critério completa o quadro.

Não só mestres e estudantes, mas também os funcionários das universidades gozavam os vários privilégios universitários a tal ponto de ter sido dito que "as universidades conservavam a prosperidade mais devido aos seus privilégios do que pela atração do seu ensino"⁴.

1.3 A CRISE

Durante o século XIII, a Igreja favoreceu o desenvolvimento de várias universidades. Os motivos eram vários. Ela considerava o ensino superior uma função primordialmente sua e a própria universidade uma instituição eclesiástica. Cabia à universidade formar os homens para a carreira eclesiástica e para combater os

hereges que atacavam a organização e o dogmatismo da Igreja.

No começo desse século foram estabelecidas as Ordens Mendicantes de São Francisco de Assis e de São Domingos de Gusmão. Nessa época já grassava na Europa preocupante crise escolar para cujo enfrentamento a Igreja se utilizou da ajuda de franciscanos e dominicanos.

Por recomendação papal, esses religiosos começaram a atuar nas universidades, após instalaram-se nas regiões. Estabeleceu-se então uma disputa entre os mestres mendicantes e os mestres seculares pelo domínio das universidades. Eram duas mentalidades em confronto: de um lado o zelo apostólico dos mendicantes, do outro a rejeição dos seculares por ciúme e interesses pessoais e corporativistas. Na universidade de Paris, por exemplo, os medicantes eram acusados de aproveitar os privilégios da universidade e de fugir das obrigações corporativistas, como não participar de greves, não acatar as decisões da universidade e não cobrar honorários. Os mestres seculares combatiam os frades, negando-lhes o direito de confessar sem autorização do pároco; criticavam o voto de pobreza e não os aceitavam nas universidades. Mais do que uma disputa pelo domínio da universidade, essa crise retratou uma disputa interna entre padres seculares e padres membros de ordens religiosas.

O acirramento da crise se deu com o Papa Alexandre IV, tomando a defesa dos mendicantes e confrontando os seculares. Tendo ocorrido de 1252 a 1261, ela terminou com a derrota dos seculares, seguida de um período dos mais brilhantes da Universidade de Paris.

Até os primeiros anos do século XIII, os teólogos mantinham-se prudentemente, ocupados com a teologia de inspiração Agostiniana (o conhecimento advinha por iluminação divina, não através dos sentidos), evitando assim aquela que seria a grande questão do século XIII: O aristotelismo. A partir dos anos 1230, os teólogos retomaram o estudo de Aristóteles, até então proibido para eles. Surgem em seguida as "sumas" de São Boaventura (mestre na Universidade de Paris de 1253 a 1275) e de Santo Tomás de Aquino (mestre na Universidade de Paris de 1252 a 1259 e na Universidade de Bolonha de 1259 a 1268). Alinhado com Aristóteles, Santo Tomás produziu uma síntese na qual, sem ferir conceitos agostinianos, afirmava ser possível o conhecimento através dos sentidos e que Deus podia ser alcançado por meio das causas do conhecimento.

(3) Roger Gal. *História da Educação*, p. 55.

(4) Ruy Nunes. *História da Educação Medieval*, p. 230.

Desenvolveram-se nas universidades as duas correntes teológicas: a dos averroístas, que não conciliavam Aristóteles e a fé cristã, e os defensores dos conceitos agostinianos, que não aceitavam a filosofia aristotélica. Esses últimos conseguiram do Bispo de Paris, em 1270, a condenação de treze teses sobre a doutrina averroísta; em 1277, duzentas e dezenove proposições errôneas foram condenadas e o averroísta Sigério de Brabante foi condenado por um tribunal da Inquisição e morreu na prisão, mais tarde.

Tanto o averroísmo quanto o tomismo sobreviveram às condenações de 1277 e reapareceram, mais tarde, em outros centros. Estas fases de crises mostraram, claramente, as contradições internas da Universidade Medieval. A disputa entre mendicantes e seculares delimitou a autonomia universitária; as condenações de 1277 cercearam a sua liberdade intelectual.

O final do século XIII assistiu ao declínio das doutrinas filosóficas e teológicas e viu crescer a importância da formação de juristas e canonistas. Não somente nas universidades italianas, ocorreu uma nova orientação do ensino universitário marcada pela crescente importância das Faculdades de Direito.

O século XIII termina e o XIV inicia com as universidades em evidente processo de transformação.

Durante os séculos XIV e XV ocorreu a multiplicação das universidades na Europa e a alteração de suas características tais como: perda de autonomia, agregação ao Estado centralizado, perda do caráter internacional, decadência do espírito universitário com a substituição do intelectual pelo catedrático e humanista.

Ruy Nunes, em sua "História da Educação Medieval" assim descreve a situação das universidades nos séculos XIV e XV.

*"... Depois, as universidades mais ilustres, como as de Paris e Bolonha, começaram a perder seu caráter internacional devido à instauração de novas universidades em vários países europeus. Ao lado desses dois fatos salientes, é preciso inscrever a decadência do próprio espírito universitário à medida que o intelectual da Idade Média era substituído pelo humanista e pelo senhor da cátedra universitária, encastado na função docente por nepotismo ou proteção política, e não por mérito, tão diferente do mestre universitário que era um verdadeiro trabalhador intelectual nas escolas de artes, direito, medicina e teologia"*⁵.

(5) Ruy Nunes, op. cit., p. 233.

(6) Antônio Paim. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, p. 159.

Entretanto é necessário reconhecer que é a partir dessa universidade Medieval que via existir a Universidade Moderna, que é ela que preparou os doutores, os juristas e os professores europeus e americanos de uma forma que nenhuma civilização pagã conseguiu igualar.

1.4 A UNIVERSIDADE MODERNA

O Renascimento não renunciou à Antigüidade Greco-latina. Antes procurou descobrir nela e resgatar valores como a busca de conhecimentos e de ciência. Desencadeia um movimento de busca do saber enciclopédico, dos manuscritos antigos, de estudo do grego e do latim e do alargamento do ideal de formação das pessoas. As cruzadas e as viagens marítimas alargaram os limites do planeta, transferindo o pensamento das pessoas de uma plataforma absolutista para um referencial relativista e abrindo ao homem perspectivas de liberdade, auto-confiança, senso crítico e revisão do passado. A este respeito, Antônio Paim escreve que a herança da tradição clássica, "se abrigava observações científicas, abrangia toda uma série de suposições arbitrarias... As observações diretas levavam à fixação de novos contornos e, ao mesmo tempo, à crítica do passado"⁶.

Os valores nacionais - línguas, literaturas e sábios - começaram a surgir e a substituir os valores da cultura medieval. A descoberta da imprensa e a utilização do papel mudam as condições de ensino e de acesso das pessoas ao saber.

Mesmo assim a cultura antiga conservou sua força e sua inspiração. O enciclopedismo e o verbalismo colocando o valor mais nas palavras do que nos fatos e na experiência, o concreto e o científico sendo descartados como valores para a formação do espírito humano.

Contra o enciclopedismo e o verbalismo apareceram as reações a favor da metodologia da ciência e do esforço do pensamento humano para descrever e entender a realidade.

Os movimentos reformadores surgiram promovendo a difusão da instrução popular para a leitura e a interpretação pessoais das Escrituras, sem a intermediação do clero.

A Reforma surgiu condenando a ignorância como um mal para a religião, impondo às cidades o dever de combatê-la e destruí-la. A Educação devia ser para todos e as escolas serviriam tanto para as coisas materiais quanto para as espirituais.

Enquanto faziam brotar, dentro das instâncias religiosas, importantes questões sociais dos povos revelados contra a Igreja Católica, os movimentos reformadores propuseram novos modelos de instrução popular visando:

- a) primordialmente a preparação das pessoas para uma vida cristã por meio de estudo dos textos sagrados;
- b) em segundo plano a preparação, desde crianças, dos homens para governar as cidades e das mulheres para dirigir a casa, os filhos e os criados.

Para defender a fé católica e reforçar a autoridade papal, ameaçadas pelo crescimento dos movimentos renascentistas e reformistas, Santo Inácio de Loyola criou, em 1534, nos países católicos os Colégios Jesuítas. Integrando as tendências da época com o que era conveniente manter da formação medieval, a Ordem dos Jesuítas formou-se com uma ordem religiosa essencialmente docente voltada para a formação da juventude. O seu ensino secundário e superior estava baseado numa cultura geral e apoiado em recursos bibliográficos e em equipamentos didáticos.

O século XVII foi o século da literatura francesa e da ciência, Kepler, Newton, Descartes e Galileu transformaram o pensamento e os métodos de pensar; o método experimental é elaborado para compreender o mundo e agir sobre ele. Mas a educação permanecia com a inspiração, os métodos e os objetivos antigos. O espírito científico continuava ausente do ensino.

Os protestos surgiram em vários países. Na Inglaterra, Francis Bacon proclamou o valor do concreto no ensino e incentivou o estudo da natureza. Na França, Descartes define os limites do raciocínio dedutivo e inicia a era da Ciência e da Filosofia Moderna. Outras vezes recomendavam o método intuitivo, a formação integral e o desenvolvimento natural das faculdades humanas.

A educação humanística de todos tornou-se o grande objetivo da educação moderna, objetivo este buscado através de iniciativas diversas e defendido por reformadores, revolucionários e pensadores dos séculos XVII e XVIII.

As universidades constituíram-se o espaço ideal para o cumprimento das promessas dos movimentos de ruptura dos pactos sociais desses séculos. No século XVII, na Inglaterra, a proposta liberal idealizava uma universidade para a qualificação tecnológica, com

metodologias experimentais, segmentada em área de conhecimento, adotando o inglês como língua oficial e introduzindo o estudo da literatura inglesa. Já na França, no século XVIII, a proposta iluminista defendia uma universidade estatal, de caráter nacional, espírito universalista e com dimensão social.

Entretanto, as universidades nos séculos XVII e XVIII resistiram teimosamente às transformações à sua volta. Conservaram seus métodos e suas tradições medievais. Recusaram as doutrinas cartesianas e mantiveram-se apáticas e inertes. Enquanto os colégios prosperavam, entre eles os colégios jesuítas, as universidades permaneciam à margem das atividades intelectuais e científicas desses séculos.

"Com efeito, ao lado das Universidades tradicionais, fechadas ao movimento da história, criaram-se no século XVIII academias científicas que pareciam abarcar toda a vida"⁷. Nesse tempo criaram-se as famosas academias científicas da França, da Inglaterra, de Roma e de Berlim.

2 - AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

2.1 O ENSINO SUPERIOR NA COLÔNIA

Para a caracterização do que aqui chamaremos de ensino superior, adotaremos a definição de Luis Antônio Cunha: "Ensino superior é aquele que visa ministrar um saber superior"⁸. Com base nesse referencial podemos encontrar, no período colonial brasileiro, iniciativas de formação e implantação de um ensino superior, enquanto as primeiras universidades não eram criadas.

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, os cursos superiores no Brasil serviram à qualificação das elites agrárias e à classe dominante da metrópole exploradora da Colônia. Durante o período colonial, os núcleos educacionais importantes eram os colégios jesuítas espalhados pelo país.

O ensino jesuíta tinha três funções básicas⁹: formar padres para a atividade missionária na Colônia; prover os quadros do aparelho repressivo dominante e ilustrar os homens das classes dominantes. Assim, o aparelho escolar estava a serviço do aparelho repressor da metrópole e o viabilizava. O aparelho escolar, na Colônia, estava ligado à Igreja Católica cuja burocracia estava integrada ao funcionalismo do Estado.

(7) Roger Gal op. cit., p. 81.

(8) Luiz Antônio Cunha. **A Universidade Temporã**, p. 15.

(9) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 23.

À época da sua expulsão, os jesuítas tinham fundado na Colônia dezessete colégios com alguma modalidade de ensino superior, além de outros colégios menores. O primeiro foi o Colégio Central da Bahia fundado em 1550 e que serviu de modelo e inspiração para todos os demais colégios jesuítas fundados no país. Referindo-se ao tipo de curso oferecido por esses colégios, Antônio Paim relata que ele "chegava tão-somente ao que hoje se denomina de ensino médio de tipo clássico. Apenas nos colégios de Bahia e do Rio de Janeiro ministrava-se o curso de artes, intermediário entre o de humanidades

e os superiores. Para as carreiras eclesiásticas, entretanto, existiam cursos superiores de teologia e ciências sagradas, tanto no Colégio Central da Bahia como nos seminários maiores. Para os que não de se destinavam ao sacerdócio, só restava o caminho das universidades européias¹⁰, destacando-se a de Coimbra, na Metrópole. Os cursos de artes nos colégios jesuítas assemelhavam-se a uma Faculdade de Filosofia, no modelo das universidades européias. O primeiro foi criado no colégio Central da Bahia, em 1572, e inspirou a sua criação nos outros colégios brasileiros.

A tabela 2.1, mostra os diversos cursos criados nos colégios jesuítas no Brasil Colônia¹¹:

CURSO	ANO DA CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO DO COLÉGIO
Artes	1572	Bahia
Filosofia	1638	Rio de Janeiro
Cursos Superiores	1687	Olinda
Teologia e Artes	1688	Maranhão
Artes	1695	Pará
Filosofia e Teologia	1708	São Paulo
Filosofia e Teologia	1753	Mariana

Em 1759 foi feito ministro do rei de Portugal Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal, que combateu duramente o monopólio da educação, na Metrópole e na Colônia, pelos jesuítas. Nessa luta o Marquês de Pombal foi muito influenciado pelos trabalhos e pelas idéias do educador Luiz Antônio Verney. "Tendo vivido na Itália desde os 23 anos de idade, influiu sobremaneira na evolução do pensamento de sua pátria (Portugal) ao criticar, em suas famosas cartas (que foram reunidas sob a denominação de "O verdadeiro método de estudar"), todo o sistema pedagógico dos jesuítas, arrastando a intelectualidade portuguesa a um debate prolongado e que prepararia a reforma pombalina da Universidade"¹². Verney combatia os métodos de ensino e o humanismo dos jesuítas, propondo um novo método baseado na ciência operativa com o saber assumindo uma característica civil e social.

Antes de promover a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, que se tornou um centro de novas idéias embora se mantivesse conservadora, o Marquês de Pombal expulsou os jesuítas do império português,

em 1759, confiscou-lhes todos os bens e fechou 27 colégios em Portugal e 36 no Brasil.

Ocorreram profundas transformações no ambiente escolar do Império com a implantação de novos currículos, novos métodos e novas estruturas escolares. No Brasil, ocorreu a completa desestruturação do sistema escolar, resultando na criação de cursos superiores estruturados no Rio de Janeiro, em 1776, pelos franciscanos e no Seminário de Olinda com o bispo Azevedo Coutinho, em 1798. Tais cursos foram criados nos moldes da Universidade de Coimbra reformada e formaram os precursores e os proclamadores da Independência do Brasil em 1822.

2.2 O ENSINO SUPERIOR DURANTE O IMPÉRIO

O PANORAMA GERAL

O Ensino Superior no Brasil nasceu com a transferência da sede do poder e da elite portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808. Os cursos de Ensino Superior foram criados para atender, predominantemente, as necessidades do Estado nascente: formação dos seus burocratas, formação de especialistas para a produção de bens

(10) Antônio Paim. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*, p. 214.

(11) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 34 e seguintes.

(12) Antônio Paim, op. cit., p. 224.

de consumo das classes dominantes e a formação de um quadro complementar de profissionais liberais.

O perfil ideológico do Ensino Superior estruturado durante o Império estava bem definido: qualificação da elite para o exercício do poder, aristocratização do saber, profissionalização técnico-operativa e transplante de modelos europeus.

A elite brasileira em processo de emancipação não investiu em Educação, muito menos em ensino técnico, como havia ocorrido na Europa; ou seja, a elite brasileira não transplantou as idéias européias, apenas os seus modelos.

OS PRINCIPAIS CURSOS

Os primeiros institutos civis brasileiros foram criados no Rio de Janeiro, em 1810. Foram criadas a

Academia Real da Marinha e a Academia Real Militar. Esta divide-se depois em duas: a escola Militar e a Escola Central, tendo sido esta a primeira Escola de Engenharia do Brasil. A Escola Militar ocupou-se da formação dos militares engenheiros. O primeiro curso de Medicina foi criado em 1812, na Bahia. Em 1827 foram criados dois cursos jurídicos em São Paulo e em Recife. Os cursos de Direito, criados para defender a legalidade, sempre estiveram a serviço do poder para defender o Estado e não a cidadania. Em 1854, os cursos jurídicos foram transformados em Faculdades de Direito. Durante o período da Regência, de 1831 a 1840, ocorreram as "reformas nos cursos de Engenharia Civil, Militar e Naval, em 1833, e a criação, em 1837, do Colégio Pedro II"¹³.

Na tabela 2.2 relacionamos os estabelecimentos e os cursos de ensino superior criados e/ou reformados durante o Império.

Tabela 2.2 - Instituições e Cursos Superiores do Império

ANO	INSTITUIÇÃO	CURSO	LOCALIZAÇÃO
1808		Anatomia	Rio
		Cirurgia	Rio e Bahia
		Economia Política	Rio
1810	Ac. Real Militar	Engenharia Bélica e Civil	Rio
1813	Ac. Medicina e Cirurgia	Medicina e Cirurgia	Rio
1817		Química	Bahia
1818		História	Ouro Preto
		Música	Bahia
1824	Ac. Belas Artes	Belas Artes	Rio
1827		Jurídico	São Paulo e Olinda
1832	Fac. Medicina e Cirurgia*	Medicina, Cirurgia, Farmácia e Obstetria	Bahia
1841	Conservatório de Música	Música	Rio
1854	Dac. Direito**	Direito	São Paulo e Recife
1858	Esc. Central***	Eng. Civil e Geográfica	Rio
1874	Esc. Politécnica****	Eng. Civil, Minas, Geográfica e Industrial	Rio
		Belo em Ciências Físicas e Matemáticas	Rio
		Minas e Eng. Civil	Ouro Preto
		Matemática Superior	Pernambuco

* = Transformação da Academia de Medicina e Cirurgia

** = Transformação dos Cursos Jurídicos

*** = Transformação da Escola Militar

**** = Transformação da Escola Central.

(13) Antônio Paim, op. cit., p. 170-171.

AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS ESCOLAS E DOS CURSOS SUPERIORES

Os burocratas do Estado eram formados pelos cursos dos estabelecimentos militares - A Academia militar e a Academia da Marinha - e pelos cursos de Medicina, Cirurgia e Matemática. Além dos novos cursos e dos já existentes cursos de Teologia e Filosofia, foram criados os de Desenho, História e Música para a "produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes"¹⁴. Os profissionais liberais (engenheiros, médicos, advogados, arquitetos, agrônomos, químicos, etc.) tinham funções secundárias dentro da burocracia do Estado e da elite brasileira.

A reestruturação e a ampliação do Ensino Superior deslocaram os estudos de Matemática, Física, Química, Biologia e Mineralogia dos cursos de Filosofia (controlados pela Igreja Católica) para os cursos de Medicina e para a Academia Militar. Esses deslocamentos e o retorno de brasileiros estudantes na Escola Politécnica de Paris possibilitaram a adoção da filosofia positivista pelos médicos, engenheiros, militares e professores secundários das áreas científicas. Esses ideólogos é que combateram, durante o Império, as doutrinas da Igreja Católica, a monarquia e a escravidão.

As Escolas de Direito abrigaram os estudos de filosofia e tiveram menor influência das idéias positivistas. Elas desempenharam papel singular na burocracia do Estado Imperial brasileiro. Nas academias os jovens provincianos eram formados sob as perspectivas políticas e sociais do Estado e afastados dos seus próprios valores culturais. Formado o jovem rábula, a linha de sua ascensão na burocracia do Estado estava traçada: nomeação para um cargo público ou integrante de uma lista de candidatos a cargos parlamentares, com passagens por vários setores da máquina burocrática estatal. A ascensão política e social era mais rápida, se o jovem tivesse a proteção de parentes ou de políticos influentes.

No fim do Império, os cursos de Direito tinham mais da metade das matrículas dos alunos brasileiros.

A INFLUÊNCIA FRANCESA

A organização do Ensino Superior no Brasil, a partir de 1808, teve grande influência francesa. A criação de escolas isoladas e as recusas de criação de uma univer-

sidade brasileira pelo Estado e pela elite brasileira foram devidas a essa influência. em 1843 foi proposta à Assembléia Geral por Justiniano José da Rocha a criação de uma universidade "para controlar todo o sistema de ensino, tanto o setor público quanto privado, conforme o paradigma da Universidade de Paris"¹⁵. Essa universidade não foi criada durante o Império.

Outro exemplo de oposição à criação da universidade brasileira ocorreu em 1882. No conselho de Educação, o Conselheiro Almeida reage à idéia com os seguintes argumentos:

*"A universidade é uma coisa obsoleta e o Brasil, como país novo, não pode querer voltar atrás para construir a universidade; deve manter suas escolas especiais, porque o ensino tem de entrar em fase de especialização profunda; a velha universidade não pode ser restabelecida"*¹⁶.

O desapareço nutrido pela elite brasileira, na época do Império, em relação à universidade brasileira, incentivou o caráter "profissionalizante dos estabelecimentos de ensino Superior existentes no país"¹⁷.

Quando a República foi proclamada, em 1889, o país possuía apenas cinco faculdades: as de Direito em São Paulo e Recife; as de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia; a Politécnica no Rio de Janeiro¹⁸.

Entretanto, foi sobre esse núcleo de ensino superior, estruturado durante o Império, que se constituiu o atual sistema universitário brasileiro. Como vai ser mostrado adiante, as universidades brasileiras foram constituídas, fundamentalmente, pela aglutinação de faculdades isoladas.

2.3 O ENSINO SUPERIOR NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O PANORAMA GERAL

Foi durante o período denominado de Primeira República ou República Oligárquica, que vai da Proclamação da República em 1889 até a revolução de 1930, que surgiram as escolas superiores não dependentes do Estado. Também nesse período nasceram as primeiras universidades brasileiras.

No final do Império, começaram a surgir os primeiros movimentos pela organização do sistema escolar nacional. Vários projetos com o objetivo de organizar a

(14) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 68.

(15) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 89.

(16) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 137, transcrito de Anísio Teixeira - "Uma perspectiva da educação superior no Brasil". Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 50, nº 111, p. 25.

(17) Antônio Paim, op. cit., p. 449.

(18) Citado em Darcy Ribeiro. A Universidade Necessária, p. 91. (13) Antônio Paim, op. cit., p. 170-171.

"Instrução Pública" demonstravam a grande preocupação dos políticos com a Educação. Todos eles propunham mudanças centralizadoras do sistema educacional no governo central¹⁹.

Na proclamação da República estavam explícitas as idéias de reação contra a descentralização. A Proclamação da República foi o desfecho, na forma de um golpe militar, motivado por uma conspiração por parte de um grupo que contava com liberais, como Rui Barbosa, com positivistas, como o Coronel Benjamin Constant, e com monarquistas insatisfeitos, como o Marechal Deodoro da Fonseca .

A primeira Constituição Republicana, de 1891, foi omissa em assuntos da Educação e do ensino, não previa a escolarização obrigatória e determinava a laicidade nas instituições públicas .

Nesse contexto ocorreu a Reforma Benjamin Constant do ensino primário e secundário, muito influenciada pela filosofia positivista. Durante a República permaneceram inalterados os fundamentos dessa reforma que acrescentou ao Estado a tarefa de ministrar o ensino primário e secundário. A reforma teve desdobramentos na seleção de candidatos ao ensino superior e criou condições legais para as escolas superiores particulares concederem diplomas com o mesmo valor dos concedidos pelas escolas federais.

A exemplo da elite do Império, a elite republicana posicionou-se contra a universidade até a época da Primeira Guerra Mundial, tanto do lado dos positivistas quanto do lado dos religiosos. Antonio Paim coloca bem essa questão nos seguintes termos:

*"É indispensável referir a argumentação positivista contra Universidade - embora tenha sido elaborada na década anterior à Proclamação da República - porquanto foi sucessivamente invocada nas discussões acerca da Universidade, que tiveram lugar até a época da Guerra Mundial"*²².

Para completar este quadro, é necessário salientar a relação entre a Igreja Católica e a Primeira República. Já destacamos, anteriormente, que a Igreja Católica estava muito mais integrada ao Estado do que ligada a Roma. O Império declarou-se católico na Constituição de 1824 e a Igreja Católica, no Brasil, tornou-se uma obra sua, nessa época, conforme o relato de Carlos Jamil Cury

em sua Ideologia e Educação Brasileira²³. A República cessa essa dependência, declarando-se leiga.

O ENSINO SUPERIOR NA REPÚBLICA

O início da República foi marcado pela aumento da demanda por educação superior devido às transformações econômicas e institucionais em processo no país. A educação escolar era "instrumento para frear a velocidade de descensão ou para acelerar a da ascensão"²⁴ dos latifundiários. Nesse sentido, a providência da República foi alterar as condições de ingresso nas faculdades e multiplicar o seu número.

O movimento de expansão do ensino superior, durante a República, teve dois destaques no final do século XIX: a criação da Escola de Engenharia do Mackenzie College, em 1896, com orientação presbiteriana; e a criação da Escola de Engenharia de Porto Alegre, no mesmo ano, de iniciativa privada e sem orientação religiosa. Os números seguintes exemplificam o movimento da expansão do ensino superior brasileiro. Entre 1891 e 1910 foram criadas vinte e sete escolas superiores²⁵, nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Farmácia; oito de Direito, quatro de Engenharia, três de Economia e três de Agronomia.

A 13 de dezembro de 1910, o Marechal Hermes da Fonseca, presidente da república, decretou a Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República, de autoria do Deputado Gaúcho Rivadávia da Cunha Corrêa. A reforma do ensino engedrada pela Lei Orgânica vinha sendo reclamada para a contenção da expansão do ensino superior e como resposta às críticas sobre a qualidade do ensino secundário e superior. A Lei Orgânica de 1910 contemplava, entre outros pontos, os exames de admissão aos cursos superiores, a liberdade curricular e o fim da fiscalização federal nas escolas superiores estaduais e privadas.

Entretanto, no período entre 1911 e 1915, aumentou a oferta de ensino superior e, conseqüentemente, a expedição de títulos acadêmicos que, aos poucos, foram perdendo seu real valor. Nesse período, foram criados nove escolas superiores, seis na área de Medicina, Odontologia e Farmácia, uma na área de Direito, uma na área de Economia e outra na área de Engenharia.

(19) Fábio K. Comparato. **Educação, Estado e poder**, p. 97.

(20) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 152.

(21) Luiz Antônio Cunha: "A Educação nas Constituições Brasileiras Análise e propostas", In: **Educação e Sociedade**, nº 23, p. 5.

(22) Antônio Paim, op. cit., p. 450.

(23) Carlos Jamil Cury. **Ideologia e Educação Brasileira**. p. 14.

(24) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 162.

(25) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 175.

Seguiu-se um período de resistência tanto à diplomação livre pelas escolas quanto à liberdade profissional, com muitas mudanças na legislação escolar e na carreira docente. No que se refere à contenção da expansão do ensino superior, a reorganização do ensino secundário e superior do país, a chamada Reforma Carlos Maximiliano, em 1915, acrescentou à exigência dos vestibulares (exames de admissão), para o ingresso no ensino superior a apresentação dos certificados de conclusão do ensino secundário. A reforma do ensino secundário e superior, a Reforma Rocha Vaz de 1925, introduziu a limitação de vagas e o critério de classificação para o ingresso superior.

AS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES

Algumas universidades brasileiras nasceram durante a Primeira República, mas não vingaram nesse período.

Em 1909 foi criada a Universidade de Manaus, em pleno período de prosperidade da região com a exploração da borracha. Em 1926, sofrendo de falta de alunos e de recursos estatais em razão do declínio do ciclo da borracha, a Universidade de Manaus foi dissolvida.

Em 1911 foi fundada a Universidade de São Paulo, particular, para "oferecer ensino de todos os graus: primário, secundário, e superior e "transcendental"²⁶, a primeira instituição de ensino superior do país a promover e realizar atividades de extensão universitária. Adotando metodologias de ensino modernos, ela não poupou críticas às escolas superiores existentes e aos seus professores. A reação veio do próprio Governo do Estado, criando uma escola de Medicina em 1912 e aprovando uma lei da Assembléia Legislativa, a qual só permitia a odontólogos formados em faculdades oficiais o exercício da profissão. Tais medidas decretaram o desaparecimento da Universidade de São Paulo, por volta de 1917.

Também em 1911 foi criada a Universidade do Paraná, em Curitiba, instalada em 1912. Entretanto, essa universidade, que tinha um ambicioso programa, não sobreviveu à Reforma Carlos Maximiliano, em 1915. Com efeito retroativo, a reforma não concedia equiparação de escolas superiores em cidades com menos de cem mil habitantes e em capital de Estado com menos de um milhão de habitantes.

(26) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 202

(27) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 216.

Houve também universidades que nasceram durante a primeira República e que sobreviveram.

A primeira foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 pela aglutinação da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e de uma Faculdade de Direito Livre. Segundo alguns estudiosos, a razão principal da criação da Universidade do Rio de Janeiro teria sido a necessidade diplomática de conceder o título de doutor "honoris causa" ao rei da Bélgica em visita ao país.

Em 1927, a Universidade de Minas Gerais foi criada com a reunião das faculdades de Engenharia, Medicina, Odontologia e Farmácia de Belo Horizonte.

A Universidade do Rio Grande do Sul foi organizada de maneira diferente; ela surgiu com base na Escola de Engenharia de Porto Alegre que, em 1928, possuía 1200 alunos em 11 institutos que se dedicavam desde a pesquisa aplicada, a formação de engenheiros e químicos até a formação de operários agrícolas. Graças a essa diversidade de unidades e de cursos, a Escola de Engenharia foi chamada de Universidade Técnica do Rio Grande do Sul²⁷.

Convém ressaltar ainda que os institutos dedicados à pesquisa aplicada surgiram antes das universidades. O Instituto Agrônomo de Campinas, antes Estação Experimental de Campinas, foi criado em 1887. Em 1892, em São Paulo, foi criado o Instituto Bacteriológico, em 1889, o Instituto Butantã e, em 1928, o Instituto Biológico. No Rio de Janeiro, em 1901 foi criado o Instituto Manguinhos. Todas essas instituições existiram fora das Escolas Superiores para atender as necessidades concretas e imediatas da economia do país. Entretanto alguns deles chegaram a organizar cursos para a formação de pesquisadores de nível superior, como, por exemplo, o Instituto Manguinhos.

A PREPARAÇÃO DA DÉCADA DE 30

Durante a Primeira República, diversos setores da vida nacional experimentaram um processo de renovação e modernização, como o objetivo de construir uma sociedade mais justa, com uma organização social e política mais moderna e adequada à realidade do país. A educação não ficou imune a esses movimentos de modernização. A Primeira Guerra Mundial não só acunhou ainda mais as tensões políticas e sociais já exis-

tentes, como também provocou o Estado e a elite a refletirem sobre a importância e as condições da educação. Campanhas surgiram defendendo o atendimento das demandas das classes média e trabalhadoras urbanas por mais oportunidades de escolarização. A burguesia industrial nascente incorporou-se a essas campanhas, divisando na escolarização daqueles setores sociais a possibilidade de ampliar suas bases eleitorais urbanas. Com isso, a burguesia industrial esperava mudar de mãos o controle da burocracia do Estado e deslocar as condições favoráveis à acumulação de capital para o setor industrial. O movimento de renovação da educação iniciou-se logo após a guerra, mas não teve o vigor necessário.

“Enquanto na literatura, por esta época, já tínhamos um Machado de Assis, um Euclides da Cunha; enquanto na medicina o Instituto de Manguinhos dava exemplos seguros de pesquisas científicas, enquanto em alguns países da América Latina surgiam novas universidades e a Argentina empreendia a sua reforma universitária com vistas à valorização das atividades de pesquisa, de extensão e de participação dos estudantes nos órgãos de universitária, a educação no Brasil carecia de bases anteriores, não tendo nem um sistema de educação popular, para não dizer de universidades”²⁸.

Nessa época, as idéias educacionais que chegavam ao Brasil, rotuladas de “Escola Nova”, formaram uma geração de educadores ou “profissionais da educação”, responsáveis por reformas do ensino em vários estados na década de 20^{29, 30}. Lourenção Filho, no Ceará, Anísio Teixeira na Bahia; Francisco Campos e Mario Casa Santa, em Minas Gerais; Fernando de Azevedo, no Distrito Federal. Esses educadores lutaram para que a República desse maior prioridade às questões da Educação, criticaram as universidades criadas, como a do Rio de Janeiro, e fizeram propostas de organização do ensino superior no Brasil para a criação de “verdadeiras universidades”.

Foi somente após a “Revolução de 1930, quando a tomada de consciência chegou ao setor educacional que, a partir de 1931, experimentou sensíveis modificações tendentes à construção de um sistema nacional antes já reclamado com alguma insistência”³¹.

(28) Célio da Cunha. Educação e Autoritarismo no Estado Novo. p. 64.

(29) Célio da Cunha, op. cit., p. 64.

(30) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 222.

(31) Vaslnir Chagas. o ensino de 1º e 2º graus - antes, agora e depois? p. 40, citado em Célio da Cunha, op. cit., p. 64.

(32) Fábio Konder Comparato, op. cit., p. 56.

(33) Célio da Cunha, op. cit., p. 8.

3 - A UNIVERSIDADE BRASILEIRA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE

3.1 O ENSINO SUPERIOR NA ERA GETULISTA

A revolução de 1930 levou à Presidência da República, como chefe do governo provisório, Getúlio Vargas que permaneceu no poder durante quinze anos. Nesse período da História do Brasil, que compreende o Estado Novo (1937-1945), dá-se a passagem do Estado Liberal para o Estado Social, centralizador e autoritário, sem nenhuma participação popular. Fábio Comparato analisa a criação do Estado Novo da seguinte maneira:

“A Revolução de 30 iniciou-se com o repúdio claro das instituições liberais. Já desde os primeiros meses do governo provisório, por iniciativa de Lindolfo Collor, Getúlio Vargas lançou-se à criação de uma legislação trabalhista e previdenciária. Além disso, foram criados, desde os primeiros momentos da Revolução de 30, órgãos públicos de intervenção na economia”³².

Por exemplo, o Departamento Nacional do Café, mais tarde o IBC, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Mate e Outros.

No campo social, a aristocracia rural perdera terreno e influência para a burguesia rural e comercial. Começavam a aparecer os contornos de uma classe operária e de uma classe média. No campo político, os estados estavam perdendo poder e a liderança liberal. No campo econômico, estava clara a intenção centralizadora e intervencionista do governo central. No setor cultural, a nação mergulhava em “um período de fechamento do regime autoritário do Estado Novo”³³.

No setor educacional, arrefeceu o anseio de modernização da Educação para uma sociedade em mudança. Começava também uma política educacional autoritária com Francisco Campos, o primeiro Ministro da Educação e Saúde do Estado Novo e seu principal teórico que, já em 1931, elaborou o Estatuto das Universidades Brasileiras e introduziu o ensino religioso nas escolas federais, estaduais e municipais do país. Antes dessas realizações, como Secretário do Interior de Minas Gerais, conduziu as reformas do ensino primário e normal no Estado. “De um entusiasta e defensor de idéias liberais, adepto da Escola Nova, Campos durante o estado Novo

passou a defender conceitos que se enquadravam perfeitamente na nova ordem social estabelecida³⁴.

O estatuto das Universidades Brasileiras, que perdurou por trinta anos, surgiu mais de uma década após a criação da Universidade de Minas Gerais, ditava, com algumas variações regionais, a organização didático-administrativa do ensino superior brasileiro, sob a fiscalização do Ministério da Educação. O ensino superior brasileiro poderia se organizar na forma de universidade (pública ou privada) ou de instituto isolado, com a administração de um núcleo central formado pelo Reitor, por um Conselho Universitário e por uma Assembléia Universitária (ou Congregação)³⁵.

Esse modelo de universidade era contrário ao modelo pretendido pelos liberais e constituía uma das medidas da política educacional autoritária do governo Vargas.

Com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras houve a reforma da Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 e que mais tarde foi denominada de Universidade do Brasil.

Sem nenhuma fundamentação pedagógica, essa reforma universitária consistiu na criação de outros cursos e na justaposição de faculdades, sempre submetidos ao Estado e por ele dominados.

Enquanto as correntes liberais e autoritárias brigavam entre si, no campo educacional, no qual a principal questão de litígio era o ensino religioso nas escolas, a Universidade católica no Brasil ia sendo gestada. A Alceu de Amoroso Lima, Presidente da Ação Católica Brasileira, e ao Pe. Leonel Franca coube a Organização das Faculdades Católicas, cujo funcionamento no Rio de Janeiro foi autorizado pelo Presidente da República, em 1940.

Eram as Faculdades de Direito e a Faculdade de Filosofia. Em 1941, sendo Ministro da Educação Gustavo Capanema, foi solenemente criada a Universidade Católica, Rio de Janeiro, com a inauguração dos seus cursos. Em São Paulo, a Universidade Católica instalou-se cinco anos mais tarde.

Antes, em 1936, foram reconhecidos pelo Governo Federal a Faculdade de Filosofia de São Bento, o Instituto Sedes Sapientiae e a Faculdade de Pedagogia, Ciências e Letras Santa Úrsula.

3.2 O PROJETO LIBERAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E DO DISTRITO FEDERAL

A partir de 1932 com a derrota das oligarquias paulistas pelo Governo Federal, o Estado de São Paulo impregnado de idéias liberais foi governado pelo interventor federal Armando Salles de Oliveira. Nesse período, alguns líderes paulistas reuniram-se e fundaram, em 1933, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, como uma resposta de superioridade intelectual do Estado derrotado aos seus vencedores pelas armas. Um ano após, o interventor Armando Salles de Oliveira criou a comissão para estudar a fundação da Universidade de São Paulo, a Universidade de Comunhão Paulista como foi chamada "porque nascia marcada pela recuperação, pela Comunhão Paulista, do projeto de reconstrução educacional da nacionalidade"³².

A liderança política da comissão foi de Júlio de Mesquita Filho, a liderança pedagógica foi de Fernando de Azevedo e seus membros vinham das famílias da elite paulista, ansiosa para reconquistar a hegemonia perdida no cenário nacional.

Fernando de Azevedo foi o principal defensor da política educacional liberal no país. Ele defendeu para a universidade o papel formador das elites intelectuais e das classes dirigentes do país, o que caracterizava a vertente elitista do liberalismo, no Brasil. Segundo ele, também era função da universidade combater o extremismo ideológico.

A 25 de janeiro de 1934 é criada por decreto estadual a Universidade de São Paulo. Segundo Eládio Cunha, "desde a sua instalação como universidade, a USP esteve sempre em busca de uma estruturação que permitisse organizar-se e funcionar como autêntica universidade liberal"³⁷.

O seu núcleo seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, considerada por Júlio de Mesquita Filho como a "elite dentro dos próprios domínios da nossa universidade, a instituição cuja principal missão seria a de criar um "ideal", uma consciência coletiva", uma "mística nacional", dentro da concepção de que a cultura desinteressada é um "apanágio dos eleitos", conforme relata Irene Cardoso em "A Universidade da Comunhão Paulista"³⁸. Segundo o mesmo registro de Irene Cardoso, "Armando de Salles Oliveira, dentro de sua concepção de

(34) Célio da Cunha, op. cit., p. 103.

(35) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 294.

(36) Irene Cardoso. **A Universidade da Comunhão Paulista**, p. 124.

(37) Eládio D. Cunha. **Consideração sobre o Problema das Concepções de Universidade**, p. 15.

(38) Irene Cardoso, op. cit., p. 124.

universidade como cérebro da nacionalidade, centro regulador de sua vida psíquica, atribuía à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras o lugar de crítica e da síntese, dentro do sistema universitário³⁹.

Finalmente, no caso da USP, é significativo citar os três princípios básicos do projeto de criação da universidade: **universidade** caracterizada pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como núcleo universitário; **Integração** do ensino superior paulista; **autonomia universitária** para o pleno exercício de suas atividades e funções²⁷.

Este foi o projeto da Universidade de São Paulo, uma universidade liberal de inspiração inglesa e francesa, autônoma, livre, estatal, colegiada, departamentalizada e opositora ao Governo Federal.

Em 1939, a mão autoritária e intervencionista de Getúlio Vargas impediu a implantação do modelo liberal da Universidade de São Paulo, modelo esse que, a partir de 1954, influenciou a criação de outras universidades federais, vencendo o governo Federal.

Enquanto os liberais elitistas marcavam sua ação em São Paulo, com o projeto da USP, a outra vertente dos liberais, os igualitaristas, procuravam, cunhar suas concepções educacionais no Rio de Janeiro, particularmente por intermédio de Anísio Teixeira, defensor da vertente liberal igualitária e adepto da Pedagogia da Escola Nova. Convocado pelo interventor Pedro Ernesto, Anísio Teixeira ocupou a Diretoria da Educação do Distrito Federal de 1932 a 1935, quando realizou importantes reformas no sistema escolar da cidade do Rio de Janeiro, criando mesmo escolas técnicas secundárias. Foi ele também o idealizador da Universidade do Distrito Federal, criada por decreto de Pedro Ernesto em 1935, uma universidade de concepção liberal dentro de um regime de política educacional autoritária.

Entretanto, em 1939, ela foi absorvida pela Universidade do Brasil. Resumindo o quadro das universidades brasileiras apresentado até aqui, podemos apontar os seguintes números de acordo com Luiz Antônio Cunha:⁴¹

início da Era Vargas (1930) : três universidades (Universidade do Rio de Janeiro e Universidade de Minas Gerais e Escola de Engenharia de Porto Alegre);

fim da Era Vargas (1945): cinco universidades (Universidade do Brasil, Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Universida-

de Católica do Rio de Janeiro e Universidade do Distrito Federal).

3.3 O ENSINO SUPERIOR NA REPÚBLICA POPULISTA

Desde o Império o ensino superior no Brasil foi criticado por causa do seu arcaísmo e a universidade era reclamada. A universidade criada em 1920 foi duramente criticada pela justaposição de escolas estanques; na era Vargas, as duas tentativas de "universidades verdadeiras" foram abortadas pela política autoritária do Governo Federal. A partir de 1945, todo o ensino superior era criticado em nome da modernização do ensino superior brasileiro reclamada pela ideologia desenvolvimentista instalada no país.

O primeiro passo nesse sentido foi dado pelo setor militar, com a elaboração do projeto de criação do Centro Técnico de Aeronáutica pelo Brigadeiro Casimiro Montenegro Filho, da FAB, e pelo professor Richard H. Smith, do MIT, nos Estados Unidos. Este projeto previa a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com cursos de Mecânica, Aeronáutica e Eletrônica, e de um Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento para apoiar a indústria e a aviação comercial.

O Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA - começou a funcionar em 1947 no Rio de Janeiro e, em 1950, foi transferido para São José dos Campos. EM 1951, começou a funcionar o Conselho Nacional de Pesquisas cujos objetivos "resultaram de uma combinação complexa de promoção de segurança e do desenvolvimento, entendidos numa perspectiva autonomista, de rompimento dos laços da dependência, ora numa perspectiva de reforço desses laços, reeditados sob a forma modernizada"⁴².

Em 1949, sob a liderança de César Lattes e José Leite Lopes, que não tinham na Universidade do Brasil as condições necessárias para pesquisar, foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no qual os pesquisadores pretendiam realizar o que na Universidade não conseguiam. O Centro tomou-se em importante centro de estudos e pesquisas, tendo obtido o mandato universitário de conferir graus acadêmicos de pós-graduação.

A criação da Universidade de Brasília, em 1961, deu prosseguimento de maneira muito marcante, ao processo de modernização do ensino superior no Brasil iniciado com a criação do ITA.

(39) Irene Cardoso, op. cit., p. 124.

(40) Eládio D. Cunha, op. cit., p. 44.

(41) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 231.

(42) Luiz Antônio Cunha. **A Universidade Crítica**, p. 156.

A comissão de elaboração do plano geral da Universidade de Brasília foi liderada por Darcy Ribeiro, seu primeiro reitor, substituído em 1963 por Anísio Teixeira. "A Universidade foi idealizada partindo da preliminar de que seria imprescindível a criação de centro cultural capaz de prestar assessoramento à alta administração do país e de que só uma universidade consegue reunir especialistas em número suficiente para assegurar a uma capital condições de trabalho produtivo"⁴³.

Em dezembro de 1961, o Congresso Nacional autorizava a instituição da Universidade de Brasília, uma universidade voltada para as necessidades do Brasil, atendendo aos apelos reformistas e populistas da época. Em 1962, o Presidente da República criou a Fundação Universidade de Brasília. Estava criada a mais moderna universidade brasileira, de inspiração no nacionalismo desenvolvista, proclamando-se ser uma instituição de ensino superior para "formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro na luta por seu desenvolvimento econômico e social"⁴⁴.

Com a Reforma Universitária de 1968, ocorreu a intervenção na Universidade de Brasília e o aborto do seu projeto de implantação.

3.4 - A REFORMA UNIVERSITÁRIA E A UNIVERSIDADE DE CAMPINAS

A modernização do ensino superior brasileiro começou com a criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e culminou com a criação da Universidade de Brasília, nascida de um planejamento de institutos, escolas e centros e não da justaposição de Faculdade isoladas. Criada pelo governo federal, ela foi organizada como fundação.

Entretanto, enquanto a Universidade de Brasília era criada, estava sendo promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei da Reforma Universitária de 1968, um freio e um retrocesso no processo de modernização do ensino superior brasileiro.

Após o golpe de 1964, o governo militar cuidou de coibir a criticidade da universidade brasileira, expulsando professores, policiando ideologicamente os novos docentes, reprimindo o movimento estudantil. Tais medidas aprofundaram a crise da universidade agora pelo regime. "Foi para inverter essa tendência que o Estado

promoveu a "reforma universitária" de 1968, arrebatando uma bandeira hasteada pela UNE três décadas antes, no momento mesmo do seu nascimento, fonte fértil de críticas da universidade e, por extensão, da sociedade que a mantém e dela se previne ou defende"⁴⁵.

Como resultado da Reforma Universitária de 1968, que instituiu o sistema de créditos e a departamentalização para desintegrar cursos, alunos e professores, que criou os campi universitários afastados dos centros urbanos, nasceu a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), do tipo multiversidade, inspirada no modelo estrutural norte-americano e criada em 1967.

4 - CONCLUSÕES

4.1 - AS CONTRADIÇÕES DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A história da Universidade Brasileira monta um quadro bastante contraditório como em outros países e continentes. O modelo de universidade que se adotou no país foi um modelo descontextualizado do momento político, econômico e social do Estado, desvinculado de qualquer projeto de desenvolvimento nacional, embora em todos os momentos esse projeto tenha sido invocado e referido sem nunca ter existido de fato, orgânico e articulado. A Universidade Brasileira não foi, em nenhum momento, concebida no seio de um projeto educacional vinculado a um projeto de desenvolvimento nacional. Mesmo em momentos que consideremos felizes e esperançosos para a Universidade Brasileira, como nos projetos de criação da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília, vamos encontrar, de um lado, um projeto revanchista e circunstancial e, de outro lado, um projeto mais realista, porém sem sustentação política numa sociedade impregnada de uma ideologia populista reformista pouco discutida.

Mesmo assim, nesses dois momentos de esperança ou pelo menos de perspectivas mais definidas, a mão da autoridade foi mais forte do que as necessidades reais da sociedade e os projetos foram desviados, novamente, para atender a qualificação das elites e sustentar o poder dominante.

Em "A Universidade Necessária", o Prof. Darcy Ribeiro faz uma análise que bem dá a extensão das contradições da nossa Universidade. Ele diz:

(43) Justificativa do anteprojeto de lei encaminhado pelo Presidente da República da República em "Universidade de Brasília", Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 78, abril-junho de 1960, p. 133, citado em Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 169.

(44) Art. 2º, item I do Decreto nº 1872 de 12/12/62, citado em Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 171.

(45) Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 260.

*"De fato, somos herdeiros de um legado e de um fardo. Um legado positivo-muito pouco utilizado - de antecedentes que mostram como, em certas circunstâncias, algumas universidades fizeram-se promotoras da renovação e do progresso; e um legado negativo - o nosso fardo - implícito nos procedimentos pelos quais outras universidades foram levadas a atuar, principalmente, como agentes de consolidação do "statu quo". Até agora, na América Latina, as universidades atuaram especialmente como agentes da manutenção da ordem instituídas ou, no máximo, da modernização reflexa de suas sociedades"*⁴⁶.

Em outro trecho ele continua essa análise, afirmando que "ao copiar o modelo napoleônico apenas reproduzimos sua estrutura formal sem nos capacitarmos a criar uma universidade integradora da nação"⁴⁷.

4.2 A SITUAÇÃO ATUAL DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

O modelo universitário com o qual convivemos hoje é o modelo desenvolvido ao longo dos anos da nossa história universitária e reafirmado pela Reforma Universitária de 1968. Por influência não exclusiva dos acordos MEC-USAID, a reforma da Universidade Brasileira fundamentou-se nos modelos estruturais norte-americanos, modelos esses buscados já há muito tempo por ideólogos da modernização e da democratização do ensino superior brasileiro. Buscou-se a modernização e a democratização do ensino superior e ganhou-se também o maior controle do governo sobre o aparelho escolar. É muito significativa a crítica (e também autocrítica) que Luiz Antônio Cunha faz sobre o regime autoritário imposto em 1964 em relação ao controle em cima das universidades:

*"Não tenho dúvidas de que esse regime acionou mecanismos inéditos de controle do aparelho escolar. Mas, supor que a universidade fosse antes de 1964, autônoma, onde reinavam as liberdades democráticas, é não só desconhecer o que de fato acontecia como, também, ignorar que influentes intelectuais da esquerda, assim como líderes estudantis, pretendiam até mesmo aumentar os poderes de intervenção no Conselho Federal de Educação"*⁴⁸.

O rígido controle sobre as universidades públicas, exercido pelo MEC e pelos órgãos de espionagem do

governo, especialmente o famigerado Serviço Nacional de Informações, foi a contra partida governamental dos discursos de modernização, democratização e de autonomia da Universidade Brasileira.

Todas as reformas da nossa universidade não foram capazes de mudar sua perspectiva em relação ao Poder que a controlava e nem em relação à sociedade para a qual ela deveria existir. O seu legado histórico de valores positivos continua não influenciando suas ações; ao seu fardo histórico acrescentamos outras tendências desenvolvidas por ela mesma, tais como o empreguismo, o mimetismo e a hipocrisia acadêmica a impor barreiras entre os discursos universitários e a sua prática, isolando-a cada vez mais da sociedade de cujo desenvolvimento ela é vetor fundamental. O exemplo mais atual desse estado de coisas, no campo educacional, encontra-se na "Proposta de Uma Nova Política Para o Ensino Superior", do ministro Chiareli. Disfarçada pelos preâmbulos do convite à sociedade para o diálogo e a discussão aberta está a intencionalidade de afastar a comunidade acadêmica de uma análise crítica e objetiva do projeto, o qual é apresentado genérico, impreciso e dúbio. Parece que "a dificuldade do exercício (da leitura, JGS) visa desestimular seu exame"⁴⁹, nas palavras do grupo de Estudos da associação de Docentes da UFRGS que analisou o projeto.

Ao lado dessas, outra intencionalidade é encontrada no plano ideológico e jurídico que quer subordinar, acriticamente, no referencial da legalidade e da participação, a educação superior aos modelos organizacionais da sociedade e do setor produtivo instalados no país.

4.3 PERSPECTIVAS PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Parece-nos que a "verdadeira universidade brasileira" ainda não foi construída na sua totalidade e abrangência. Em que pese a nossa curta experiência histórica de ensino superior, na qual encontramos esforços individuais e institucionais importantes, que dão alento à constante busca de caminhos que os educadores brasileiros têm empreendido, a Universidade Brasileira ainda está para ser construída. O seu modelo ainda não foi definido porque também o país ainda não encontrou sua identidade como nação, não se construiu como nação. Nação na qual o Projeto Educacional assume as coordenadas de espaço e de tempo referenciados no seu projeto político, econômico, social e cultural.

(46) Darcy Ribeiro, op. cit., p. 78.

(47) Luiz Antônio Cunha. A Universidade Reformanda, p. 22.

(48) Luiz Antônio Cunha. A universidade Reformanda, p. 32.

(49) ADUFRGS, Grupo de Estudos da Associação de Docentes da UFRGS. "Documenta", abril de 1991, nº 2, p. 7.

A Universidade Brasileira deverá nascer fruto de uma sociedade autônoma, livre e construtora dos seus próprios caminhos. O Prof. Darcy Ribeiro foi contundente na análise dessa situação:

*"... a universidade latino-americana é fruto de sua sociedade. Subdesenvolvida como a sociedade em que se insere, fundada como empreendimento alheio mediante projetos forâneos que fixaram populações em certos pontos - não para criar novas sociedades autônomas, dispostas a viver o próprio destino, mas para a satisfação das condições de existência e de prosperidade das nações colonialistas"*⁵⁰.

A nosso ver esse é o grande desafio que a Universidade Brasileira tem que enfrentar para se construir: transformar a própria sociedade da qual ele emergirá. Para tal o seu projeto deverá ser orgânico e articulado, prática e operativamente, com a sociedade em que ela existe. Uma universidade "que opera articuladamente com o esforço nacional de superação do atraso"⁵¹, como foi a experiência universitária japonesa e como se pretendeu definir a Universidade de Brasília, no projeto de sua criação.

A política educacional de um país não pode, simplesmente, ser definida de acordo com indicadores do mercado econômico e de trabalho ou do setor produtivo. Ela precisa ser eficiente para orientar a educação de homens capazes para atuar nesses ambientes em permanente postura de crítica e em continuada disposição para a transformação.

A Universidade Brasileira a ser pensada deverá estar organizadamente ligada a projetos sociais concretos, sem abrir mão de sua autonomia e de sua independência, sem afastar-se de suas finalidades básicas de ensino, pesquisa (pura, aplicada e tecnológica) e assumindo seu espaço político de construção e discussão dos fundamentos de uma sociedade livre, independente e democrática.

Finalmente, temos certeza de que o primeiro passo na construção do projeto educacional do país deve ser dado pela própria Universidade Brasileira atual no sentido de superar a si mesma, buscar dentro de si mesma as causas e soluções próprias de sua crise e do seu estado de barbárie. Um exercício de humildade, de sabedoria e de cidadania que desvelará o verdadeiro papel da Universidade na construção do Estado Brasileiro.

(50) Darcy Ribeiro, op. cit., p. 83.

(51) Darcy Ribeiro, op. cit., p. 80.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

- ADUFRGS. **Análise do Documento "Proposta de Uma Nova Política para o Ensino Superior"**. UFRGS: Documenta nº 2, abril de 1991.
- CARDOSO, J. **A Universidade da Comunhão Paulista**. cap. 3.
- COMPARATO, F.K.. **Educação, Estado e Poder**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- CUNHA. **Educação e Autoritarismo no Estado Novo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
- CUNHA, E.D. **Considerações sobre o Problema das Concepções da Universidade**.
- CUNHA, L.. A. **Qual Universidade**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
- _____. A educação nas Constituições Brasileiras: Análise e propostas. In: **Educação e Sociedade**, nº 23, ano VIII, abril de 1986. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.
- _____. **A Universidade Temporã**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- _____. **A Universidade Crítica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- _____. **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- CURY, C.R.J. **Ideologia e Educação Brasileira** (Católicos Liberais). 4. ed., São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1988.
- FÁVERO, M.L.A. (Org.). **A Universidade em Questão**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
- FÁVERO, M.L.A. **Da Universidade Modernizada à Universidade Disciplinada: Alcon e Meira Matos**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.
- GAL R. **História da Educação**. 2. ed. Lisboa: Vega Ltda., 1976.
- GIANNOTI, J.A. A Universidade e a Crise. In: **Novos Estudos**, nº 10, outubro de 1984.
- _____. **Universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.
- MANACORDA, M. A. **História da Educação: Da Antigüidade aos nossos dias**. Trad. Gaetano Lo

- Monaco, 2. ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.
- NUNES, R. **História da Educação Medieval**. Cap. VIII, São Paulo: Editora da USP, 1979.
- PAIM, A. **História das Idéias Filosóficas no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ed. Convívio, 1987.
- PINTO, A.V. **A questão da Universidade**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.
- RIBEIRO, D. **A Universidade Necessária**. 4. ed. Cap. II e III. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- VERGER, J. **As Universidades na Idade Média**. Trad. Fúlvia M.L. Moretto. São Paulo: Ed. da UNESP, 1990.
- WANDERLEY, L.E.N. **O que é Universidade?** Col. Primeiros Passos. 7. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.